

Anais do XX Simpósio de Iniciação Científica FACLEPP – UNOESTE

Resumos com Resultados – Ciências Humanas

O USO DA METODOLOGIA TEAM-BASED LEARNING (TBL) ALIADA À TECNOLOGIA: PERCEPÇÕES SOBRE A APRENDIZAGEM DE CONTABILIDADE BÁSICA NO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	2
A INCLUSÃO NO ENSINO DAS ARTES VISUAIS: REPENSANDO AS FRONTEIRAS QUE DIVIDEM AS PESSOAS COM E SEM DEFICIÊNCIA	4
EDUCAÇÃO EM/PARA DIREITOS HUMANOS: O USO DA METODOLOGIA ATIVA DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS ALIADA À TECNOLOGIA DIGITAL DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	6
ENSINO COLABORATIVO: A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	8
RESPONSABILIDADE CIVIL DAS ESCOLAS: A CONSTRUÇÃO DO SABER NA ERA DIGITAL	11
UMA ANÁLISE DOS ÍNDICES DE QUALIDADE DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA EM RELAÇÃO A MODALIDADE PRESENCIAL DE CURSOS DE LICENCIATURA EM QUÍMICA NO ESTADO DE SÃO PAULO.	12
A LEITURA E A ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	14
A TECNOLOGIA NA PALMA DAS MÃOS: INIMIGA OU ALIADA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM?	16
AÇÕES PEDAGÓGICAS DO BRINCAR EM LIBRAS ALIADO AO DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS.....	18
UTILIZAÇÃO DE JOGOS DIGITAIS NO ENSINO DE QUÍMICA	20
A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822-1825)	21
A IGREJA CATÓLICA PÓS VATICANO II: A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, A RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA E O PAPA JOÃO PAULO II	23
AS REPRESENTAÇÕES DO PROGRESSO PAULISTANO NAS PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS NA DÉCADA DE 20: UMA ABORDAGEM IDEOLÓGICA E HISTORIOGRÁFICA.	26
A ESCUTA DENTRO E FORA-DA-LEI: DISCUSSÕES SOBRE O PAPEL DO PSICÓLOGO NO TRABALHO COM JOVENS QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	28
A RELAÇÃO ENTRE ATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES À LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL.....	31
O CONCEITO DE ATIVIDADE NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL E SUA CONTRIBUIÇÃO À PSICOLOGIA DO ESPORTE	34
O DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO EM VIGOTSKI: CONTRIBUIÇÕES À ATUAÇÃO CLÍNICA HISTÓRICO-CULTURAL	36

Presidente Prudente, 18 de maio de 2019

Educação

Pesquisa

Apresentação Oral

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Humanas

Educação

**O USO DA METODOLOGIA TEAM-BASED LEARNING (TBL) ALIADA
À TECNOLOGIA: PERCEPÇÕES SOBRE A APRENDIZAGEM DE
CONTABILIDADE BÁSICA NO CURSO TÉCNICO EM
ADMINISTRAÇÃO**

RAQUEL ROSAN CHRISTINO GITAHY
SANDRA CRISTINA PELEGRINI GIACOMELLI

A presente pesquisa tem como eixo temático o uso da metodologia ativa Team Based Learning (TBL) aliada a tecnologia digital na educação. A base teórica para discutir TBL é amparada nos autores Berbel, Bollela e Mitre. Para fundamentar metodologias ativas e tecnologias são utilizados os autores Coll e Monereo, Moran e Valente, entre outros. O objetivo geral é avaliar as contribuições da utilização da metodologia ativa de aprendizagem TBL, aliada ao aplicativo TBL Active para a aprendizagem de conceitos básicos de Contabilidade no curso técnico em Administração. A metodologia é qualitativa do tipo intervenção. A coleta de dados é realizada com um docente e uma turma de 40 estudantes da disciplina de Contabilidade do curso Técnico em Administração de uma escola de Presidente Bernardes. É feita uma entrevista diagnóstica com o professor visando identificar os métodos utilizados no processo de ensino. Ao final da intervenção é realizada uma nova entrevista com o professor visando avaliar suas percepções quanto a metodologia empregada e os resultados alcançados. Aos estudantes aplica-se um questionário sobre o seu perfil. Durante a intervenção junto aos estudantes são aplicados os questionários pertinentes ao processo de desenvolvimento do TBL: um questionário individual no início da atividade para verificar o que o estudante sabe sobre o conteúdo a ser trabalhado e a aplicação do mesmo para ser respondido com base no consenso da equipe formada. Os dados são analisados pela pesquisadora e pelo professor por meio da documentação gerada pelo TBL active quanto a respostas dos testes individuais e em equipe. Todo o processo de intervenção é observado segundo um roteiro previamente elaborado. Ao final da intervenção são aplicados dois questionários online junto aos estudantes, um para verificar a aprendizagem individual e por equipe e outro para analisar a vivência do

processo de aprendizagem dos conceitos pertencentes ao conteúdo de Contabilidade no curso Técnico em Administração utilizando o TBL. A pesquisa foi aprovada no comitê de ética, estando cadastrada na plataforma Brasil, sob o CAAE: 03824918.0.0000.5515. Houve também a aprovação da Coordenadoria de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, sob o número de protocolo 5067. Os resultados obtidos até o momento vislumbram que a metodologia ativa TBL proporciona maior interação dos estudantes com seus pares, promovendo uma participação ativa dos mesmos na construção do seu conhecimento. A conclusão parcial evidencia que o uso de metodologias ativas proporciona uma aprendizagem colaborativa e significativa. Protocolo CAAE: 03824918.0.0000.55.

Presidente Prudente, 18 de maio de 2019

A INCLUSÃO NO ENSINO DAS ARTES VISUAIS: REPENSANDO AS FRONTEIRAS QUE DIVIDEM AS PESSOAS COM E SEM DEFICIÊNCIA

ALBA REGINA AZEVEDO ARANA
IARA ROGÉRIA OLIVEIRA DE CARVALHO
ANDREIA RODRIGUES CORTES DOMINGOS

O trabalho se justifica por trazer para o debate a construção de significado da inclusão da pessoa com deficiência a partir da criança sem deficiência na educação. Somos diferentes, porém, com igual potencial de desenvolver talentos e habilidades, dentro das potencialidades e limitações que fazem parte da vida de todos. O trabalho visa trazer informações e fomentar o debate a respeito da diversidade humana e apresentando a importância do ambiente favorável para o processo de inclusão do aluno com deficiência. O trabalho teve como objetivo discutir formas de inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar, a partir de um trabalho com artes visuais, voltado para crianças sem deficiência matriculadas no ensino infantil e fundamental de Presidente Prudente / SP. A pesquisa é bibliográfica de cunho qualitativo para revisão das metodologias de ensino de artes e posterior proposição de atividades de ensino-aprendizagem em artes visuais voltadas ao desenvolvimento perceptivo de crianças da educação infantil, de modo a ressaltar as diferenças existentes em maior ou menor grau no uso de nossos sentidos em direção à potencialização de um melhor convívio entre crianças com e sem deficiência. A coleta de dados se deu através de levantamentos bibliográficos, em livros, artigos, sites científicos relativos ao tema em questão. É preciso partir do princípio de que a escola é um espaço voltado a receber em seu interior a diversidade que envolve o ser humano. Cada área estimula e desperta no aluno, habilidades e conhecimentos que contribuam não só com a sua formação profissional, mas também com a formação de caráter, a responsabilidade social e a valorização do indivíduo (RIBAS, 2007). Valorização do próprio indivíduo, do outro e da humanidade como um todo, incluindo aí, práticas saudáveis, consumo consciente, a preservação e cuidado com o meio ambiente. Desde o nascimento a criança vai aprendendo com as suas relações (Franz, 2001). Ao chegar na escola, no ensino infantil, embora a criança já traga uma carga de informação, ela ainda é uma espoja ávida por sugar novos conhecimentos é a partir do ingresso no ensino infantil que a criança deve receber ferramentas e elementos que favoreçam o desenvolvimento de suas habilidades físicas, motoras, intelectuais e emocionais e é neste ponto que podemos perceber a importância do professor de artes no ensino infantil e fundamental. Em atenção ao discurso voltado unicamente para a preparação da criança com deficiência, percebemos a necessidade de que a sociedade que receberá esse aluno também precisa de preparo e atenção. Apesar do grande esforço empregado em preparar a criança com deficiência para interagir com a sociedade na qual ela está inserida, percebemos que a sociedade/escola que o receberá não está sendo preparada para futuro encontro. Sendo assim, defendemos que o debate sobre inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar não deverá estar limitado a presença de um aluno com deficiência, mas deve ser apresentada como parte

natural do convívio em sociedade, que é composta por pessoas pares que contém características diferentes, promovendo por consequência a reflexão e respeito da diversidade.

Presidente Prudente, 18 de maio de 2019

EDUCAÇÃO EM/PARA DIREITOS HUMANOS: O USO DA METODOLOGIA ATIVA DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS ALIADA À TECNOLOGIA DIGITAL DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

DANIELLE YURIE MOURA DA SILVA
RAQUEL ROSAN CHRISTINO GITAHY

Sabendo-se da obrigação e na tentativa de promover uma educação em Direitos Humanos, o Brasil criou um Comitê que elaborou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Onde em 2010 passou por uma reformulação e lançado assim o PNDH-3, que traz em um dos seus eixos o tratamento especial para promover uma educação em Direitos Humanos. Nota-se, portanto, a importância de despertar no jovem outro tipo de sentimento, como educadores devemos ajudá-los a formar uma consciência onde ele seja sujeito de sua própria história, contudo com um olhar para uma sociedade justa e democrática na qual faz parte. A presente pesquisa tem o objetivo de analisar como a metodologia ativa da aprendizagem baseada em problemas, aliada a tecnologia digital de informação e comunicação pode auxiliar na construção do pensamento crítico reflexivo no que se refere aos Direitos Humanos. Para embasar teoricamente o significado de uma educação para os Direitos Humanos utilizamos os autores Clóvis Gorczewski e Nuria Beloso Martins (2015), o aporte teórico para Direitos Humanos é Plano Nacional em Direitos Humanos (PNDH-3); Araújo (2008); Benevides (2007); para o Aprendizado Baseado em Problemas (PBL) temos como referencial Berbel (2011); Sakai e Lima (1996). Considerando ainda que os educandos estão na era conectada, embasarão os passos da metodologia PBL o uso de TDIC, os autores: Freire e Valente (2001); Levy (2013). A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa, sendo participantes 40 alunos da rede pública estadual cursando o 2º ano do ensino médio da cidade de Porecatu-PR e a professora voluntária que também atua como pesquisadora. Para a aplicação da metodologia PBL foram elaborados dois problemas: um primeiro que trata da temática injustiça/desigualdade social e outro que trata da temática direito a moradia. A fim de auxiliar na discussão dos problemas propostos, utilizamos recursos para aprendizagem incluindo textos, reportagens e objetos educacionais. A discussão dos problemas é feita por um grupo de alunos, contendo um relator, um líder, membros do grupo, e o docente tutor Assim, são usados para a coleta de dados, a observação dos sete passos feitos no grupo, os documentos de registro de todos os passos do PBL elaborados pelo o relator dos grupos, e um documento de resolução do problema em forma de dissertação a ser elaborado de forma colaborativa pelo grupo no google docs. Para que isso fosse possível o projeto apresentado foi aprovado na CPDI sob o protocolo nº: 5079 e também o presente projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética (CAAE) e está na Plataforma Brasil sob nº 039805418.7.0000.5515. Como resultado evidenciou-se que com a metodologia ativa Problem Based Learning os alunos do ensino médio refletiram sobre Educação em

Direitos Humanos, usando a tecnologia como um aliado nesta formação. Ficou demonstrado desta forma a importância do tema Direitos Humanos para os alunos, uma vez que, além de ser prevista no PNDH - 3, sendo sua abordagem obrigatória, foi entendida de uma maneira muito mais eficaz, pois utilizou-se uma metodologia nova para o aprendizado, em conjunto com tecnologias, que são meios dos quais os jovens estão acostumados a usar. Protocolo CAAE: 39805418.7.0000.5515.

Presidente Prudente, 18 de maio de 2019

ENSINO COLABORATIVO: A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

DANIELLE APARECIDA DO NASCIMENTO DOS SANTOS

A Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar, no contexto brasileiro, parte de um movimento mundial em que a premissa é que toda e qualquer pessoa tem que ter garantidos os direitos de uma educação escolar de qualidade, bem como o direito de estar junto, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Ao longo da história o Brasil tem buscado - por meio de ações, movimentos e metas educacionais - aperfeiçoamento e mudanças nas formas de conceber as diferenças humanas, para combater a violência, a intolerância, a discriminação, a desigualdade e os altos índices de exclusão. Na década de 1980, especialmente mediante a Constituição Federal de 1988, que traz como um dos seus objetivos fundamentais a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento humano, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, passa a estabelecer que a escola regular deve criar condições de igualdade de acesso e permanência e ofertar AEE, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 208). De acordo com Mantoan (2012), o Brasil é considerado um país pioneiro no estabelecimento de princípios educacionais inclusivos, inserindo os pressupostos da inclusão escolar sem discriminação em sua agenda antes mesmo da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 1990, a Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jomtien, na Tailândia, estabeleceu o marco de ação do século XX para assegurar o desenvolvimento das crianças do mundo inteiro por meio de uma educação básica de qualidade. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a exclusão é um produto das desigualdades sociais e educacionais e, para tanto, é necessário combatê-la estabelecendo princípios de inclusão escolar. Após isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (MEC, 2001), os Decretos nº 5.626/05 e 6.571/08 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) dentre outros marcos legais regulatórios brasileiros, propõem a inclusão e a ampliação do atendimento educacional, em rede pública, aos denominados Estudantes Público Alvo da Educação Especial (EPAEE) nos níveis de Educação Infantil até o Superior. Esses estudantes são, segundo Brasil (2008), as pessoas com deficiências (físicas, sensoriais, intelectuais, motoras e múltiplas), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O documento da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva apresenta o diagnóstico da inclusão escolar de EPAEE que, até 2007, apontava para um crescimento de 146% das matrículas desses estudantes em escolas regulares e, em 2014, atingiu o patamar de 600%, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A política estabelece a transversalidade da Educação Especial em todos os níveis e modalidades de ensino; as formas de organização e atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE); a formação de professores para atuar no AEE, a acessibilidade e a articulação

intersetorial, para viabilizar os pressupostos estabelecidos na política. Segundo a própria legislação, para atuar na Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar, o professor deve ter como base da sua formação, tanto inicial quanto continuada, os conhecimentos gerais para o exercício da docência e os conhecimentos específicos sobre a área, aprofundando o caráter multi e interdisciplinar dessa formação para a oferta dos serviços e recursos de Educação Especial com qualidade. Nota-se, portanto, uma necessária mudança no que diz respeito tanto às estruturas formais e funcionais do sistema educacional, quanto aos processos de formação inicial e continuada de professores, para atuar tanto no AEE quanto nas classes comuns do ensino regular. De acordo com Mendes (2009), os serviços especializados ou AEE devem ser pensados de forma circular e complementar. Nesse sentido, indica as dimensões Ensino Comum, Ensino Colaborativo, Consultoria Colaborativa e Recursos e Equipamentos. Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) consideram como exemplos de serviços de apoio à inclusão escolar para os EPAEE: a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), que consiste em um espaço no modelo de AEE, de atendimento complementar ou suplementar ao frequentado pelos estudantes nas classes comuns. O tempo, recursos e estratégias desenvolvidas nesse ambiente são realizadas de acordo com as suas necessidades e contexto; o Serviço Itinerante, que consiste em um atendimento realizado por um professor especialista que se desloca de escola em escola para atender os estudantes e do AEE e orientar os professores da classe comum; Consultoria, que consiste em uma assistência realizada por um professor ou profissional da Educação Especial para as escolas; e o Ensino Colaborativo ou Coensino, que é um modelo que envolve a parceria entre o professor da Educação Especial e o professor da classe comum. Surgem nesse sentido as diferentes estratégias e recursos de ensino, o potencial das metodologias ativas para o desenvolvimento de uma aprendizagem mais significativa dos estudantes, bem como o funcionamento e caracterização da Educação Especial, do AEE e as formas de desenvolvimento do Ensino Colaborativo. Investigar e construir um estado de conhecimento sobre o Ensino Colaborativo. Para a realização do estado do conhecimento foi realizada a busca e seleção de produções acadêmicas que abordam a temática do Ensino Colaborativo, em língua portuguesa, nos últimos 10 anos. As bases de dados consultadas foram: SciELO e Google Acadêmico. A partir da seleção dos textos, foram realizados ao longo de um semestre, encontros com pesquisadores que discutem sobre Educação Especial e Inclusiva, a fim de realizar estudos temáticos sobre os textos selecionados. Esses estudos ocorreram em reuniões mensais, de pelo menos duas horas semanais. Foram desenvolvidas leituras flutuantes colaborativas. As leituras permitiram a identificação das categorias temáticas em relação aos conceitos de Educação Especial e Inclusiva, Ensino Colaborativo e AEE. De acordo com os estudos realizados, o Ensino Colaborativo é definido como uma parceria entre os professores da classe comum e da Educação Especial ou AEE. Cook e Friend (1995) indicam que essa parceria deve ocorrer desde que os dois professores se responsabilizem pelo planejamento pedagógico e compartilhem o processo de execução, tanto no contexto da classe comum quanto da Sala de Recursos Multifuncionais. Ferreira, Mendes, Almeida e Del Prette (2007), esclarecem que a parceria proposta pelo Ensino Colaborativo deve ir além da divisão de responsabilidade, uma vez que deve haver a articulação conjunta em planejar, instruir e avaliar procedimentos de ensino. Silva (2007), indica que esse movimento de troca possibilita intercâmbio de conhecimentos, uma vez que os professores da sala comum são especialistas em conteúdos específicos de uma determinada disciplina escolar e os professores da sala de recursos têm amplo conhecimento sobre as especificidades dos estudantes da Educação Especial. Machado e Almeida (2010) afirmam que o Ensino Colaborativo pode proporcionar novas formas de

aprendizagem, visto que o trabalho pedagógico realizado em colaboração permite que novas estratégias de ensino sejam pensadas. Friend e Hurley-Chamberlain (2007) destacam características essenciais do Ensino Colaborativo como: dois ou mais profissionais licenciados para ensinar que atuam como co-professores, sendo um o "educador geral" e o outro um "educador especial"; responsabilidades compartilhadas sobre o conteúdo que será ensinado e sobre a possibilidade de facilitar o processo de aprendizagem; grupos heterogêneos e professores trabalhando com todos os estudantes. As autoras Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) orientam que o Ensino colaborativo não acontece quando um professor age como o "principal" enquanto o outro atua como "ajudante", ou ainda quando a atividade desenvolvida para o estudante com deficiência acontece no canto de uma sala de aula da escola regular, enquanto o outro professor se dedica ao restante da classe. A parceria proposta no Ensino Colaborativo se dá no sentido de que ambos compartilhem experiências de ensino e de aprendizagem, com sentido de paridade. De acordo com Conderman, Bresnahan e Pedersen (2009) não basta separar uma sala de aula com estudantes com dificuldades para propor estratégias de ensino, ou ainda, remover os estudantes da sala de aula para receberem atendimento específico. Conforme Zerbato (2014) o Ensino Colaborativo exige tempo e paciência, uma vez que, embora os profissionais, em especial os professores, pertençam a uma mesma escola, não significa que estão dispostos a trabalhar de forma colaborativa. Para que isso ocorra, Argueles, Hughes e Schumm (2000) indicam sete fatores importantes para o desenvolvimento do ensino colaborativo: tempo para planejamento comum, flexibilidade para o trabalho em conjunto, ousadia em arriscar-se para novos desafios, organização das responsabilidades, que devem ser iguais, compatibilidade de ideias e filosofias, habilidades de comunicação, e suporte administrativo, ou seja, é necessária que a equipe gestora incentive e saiba lidar com os desafios e obstáculos vivenciados com a nova forma de ensinar. Diante do exposto, o estado de conhecimento sobre Ensino Colaborativo indica que é possível que a Educação Especial e Inclusiva sejam desenvolvidas com esse aporte teórico. Assim, o Ensino Colaborativo permite a parceria entre AEE e ensino regular, desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, e implementação de mudanças substanciais na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva vivenciadas atualmente no contexto brasileiro. No Ensino Colaborativo, dois ou mais professores, com habilidades de trabalho distintas, ensinam grupos heterogêneos e compartilham a responsabilidade em planejar e implementar o ensino e a aprendizagem da turma toda. Considerando a necessidade de ampliar os conhecimentos na área da Educação Especial e Inclusiva, a pesquisa aponta para a necessidade de avançar o conhecimento sobre o tema, além de desenvolver propostas para a formação de profissionais da educação, de maneira que se comprometam com a constituição de sistemas inclusivos.

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS ESCOLAS: A CONSTRUÇÃO DO SABER NA ERA DIGITAL

RAQUEL ROSAN CHRISTINO GITAHY
LUIS HENRIQUE RAMOS ALVES
FERNANDA GABRIELA SAMPAIO SOUZA

Estando a escola atual inserida em uma sociedade conectada, pode-se usar as informações constantes no meio digital para se discutir mais amplamente o tema responsabilidade civil das escolas quanto a violência, conscientizando os profissionais envolvidos na escola, os pais e toda a sociedade. O objetivo da pesquisa foi analisar o uso do ambiente virtual para auxiliar na construção do saber da sociedade sobre a responsabilidade civil. A fim de atingir o objetivo, utilizou-se uma abordagem qualitativa, no contexto do ambiente virtual de aprendizagem do site "Saber o direito", criado para interações entre a sociedade e especialistas no tema responsabilidade civil das escolas. Houve a aprovação da Coordenadoria de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, sob o número de protocolo 4789. Para a coleta de dados foram usados os documentos registrados das interações realizadas no site Direito de todos. Consideramos as dúvidas e os saberes construídos no ambiente virtual do Direito de todos sobre a responsabilidade civil das escolas. A análise dos dados foi realizada a partir das seguintes categorias: 1. Saberes construídos: nesta categoria foi feita uma apresentação e discussão de todas as interações realizadas a fim de compreender as dúvidas e os saberes construídos sobre o tema responsabilidade civil das escolas; 2. Relatos de experiências: os membros da sociedade contam situações vivenciadas nas escolas que envolvem a responsabilidade civil das escolas. Nesta categoria foram apresentados tais relatos, salientando os casos mais frequentes da responsabilidade civil no ambiente educacional e 3. Índícios de uma participação da sociedade na vida escolar, discutindo a responsabilidade civil das escolas. O resultado desta pesquisa mostrou uma melhor compreensão de como um ambiente virtual pode auxiliar na construção do saber em relação ao tema responsabilidade civil. Ficou evidenciada a importância do tema responsabilidade civil das escolas ser veiculado para a população e os profissionais da educação, sendo que se mostrou um importante meio as postagens no meio virtual. A partir de uma maior conscientização da responsabilidade das escolas em relação à violência ocorrida, mais numerosos serão os processos visando à reparação do dano. A luta pela justiça e o fim da violência escolar continua! Financiamento da pesquisa: Bolsista PIBIC Ensino Médio do CNPq

Presidente Prudente, 18 de maio de 2019

UMA ANÁLISE DOS ÍNDICES DE QUALIDADE DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA EM RELAÇÃO A MODALIDADE PRESENCIAL DE CURSOS DE LICENCIATURA EM QUÍMICA NO ESTADO DE SÃO PAULO.

DIEGO ARICA CECCATO
BARBARA MARIA DE BARROS
BRUNA PIMENTA SOARES

Em um mundo de aproximadamente sete bilhões de habitantes, cada vez mais será preciso descobrir e aperfeiçoar as formas de oferecer educação formal à população. Com o rápido avanço das tecnologias de informação, as barreiras geográficas foram facilmente rompidas e a distância deixou de ser um empecilho para ter acesso ao conhecimento, auxiliando na democratização do ensino. No entanto, o acesso quase irrestrito ao conhecimento e a rápida evolução das ferramentas tecnológicas muitas vezes não ensejam um aprendizado real, frustrando tanto aqueles que desenvolvem quanto aqueles que buscam soluções na modalidade de educação a distância. Tendo como plano de fundo o próspero acesso à educação a partir de novas tecnologias, a elaboração e execução dessa pesquisa surge a partir da união de três eixos, sendo eles: a crescente visibilidade que cursos de ensino superior na modalidade EaD tem manifestado no cenário educacional nacional; a discrepância com a qual cursos na área de exatas são oferecidos nessa modalidade, pois, apenas 6,43% dos cursos oferecidos em EaD são da área de ciências e exatas e da natureza. O terceiro eixo, que se une aos outros dois, é o interesse dos pesquisadores desse projeto e em entender melhor os motivos que levam a tamanha discrepância de oferta e procura especificamente do curso de licenciatura em Química em relação as outras licenciaturas em exatas. Analisar as notas obtidas no ENADE dos cursos de licenciatura em química oferecidos na modalidade a distância e relacionar os índices de qualidade obtidos da modalidade presencial no estado de São Paulo e com isso inferir sobre o motivo da baixa oferta e procura por cursos de licenciatura em química na modalidade EaD. Por procurar resultados métricos e com o mínimo de subjetividade, esta pesquisa teve abordagem quantitativa, uma vez que em pesquisas desse tipo são centradas na objetividade. Do ponto de vista de seus objetivos, dado que a pesquisa recolheu uma série de informações sobre o ensino na modalidade EaD e, através dessas informações, investigou quais os fatores mais influenciam nos índices de qualidade do curso, foi então uma pesquisa exploratória, pois visou proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito. A Pesquisa foi realizada em 2 etapas, as quais serão descritas a seguir: Etapa 01: Levantamento do número de cursos de Licenciatura em Química na modalidade a distância e presencial. Nesta etapa foi realizada uma pesquisa nos documentos dos órgãos oficiais para se levantar todas as instituições que oferecem o curso de licenciatura em química na modalidade EaD e presencial no estado de São Paulo. Etapa 02 - Pesquisa dos Índices de Qualidade Foi pesquisado as notas dos cursos

obtidas no ENADE de cada instituição. Vale ressaltar que o projeto foi cadastrado e aprovado no CPDI e possui número de protocolo 4055. O presente estudo analisou dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (INEP) e Ministério da Educação (E-MEC). Utilizou-se como parâmetro o Conceito Preliminar de Curso (CPC), Conceito de Curso (CC) e as notas do Exame Nacional de desempenho de Estudantes (ENADE) de todos os Institutos de Ensino Superior (IES) que ofertam ativamente o curso de Licenciatura em Química, nas modalidades presenciais e a distância. Analisando a distribuição das matrículas de graduação, por grau acadêmico do curso (licenciatura, bacharelado, tecnólogo), de acordo com a modalidade de ensino, observa-se que a modalidade a distância tem uma maior taxa de matrícula em licenciatura (46%), enquanto a modalidade presencial tem sua maior taxa de matrícula em bacharelado (73%). Mesmo que os índices de matrículas em licenciatura sejam maiores na EaD, observa-se que dentre os cursos de licenciatura, os de Química são os de menor quantidade, totalizando, cada um deles, 36 cursos em todo Brasil, enquanto Matemática e Biologia somam juntos 137 cursos (BRASIL. Ministério da Educação, 2017). Esses dados corroboram com os dados da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), que mostram que apenas cerca de 6% dos cursos a distância são da área de Ciências Exatas e da Terra. Para a pesquisa foi selecionado o estado de São Paulo, devido à maior oferta das IES (48,9%) estarem localizadas na região sudeste do Brasil, deste modo, contribuindo para uma maior coleta de dados. Sendo que os outros percentuais estão redistribuídos em 18,3% no Nordeste, 16,5% no Sul, 9,9% no Centro-Oeste e 6,4% no Norte, segundo dados do MEC/INEP. As notas do ENADE dos cursos na modalidade EaD e presencial também foram investigados, não havendo diferença significativa nas notas dessas duas modalidades. Os cursos na área de química são pouco ofertados na modalidade EaD. Há visivelmente um problema de oferta mas também de procura, uma vez que muitos desses cursos ofertados possui baixo número de estudantes matriculados. É preciso que em trabalhos futuros se investiguem os motivos que levam a essa situação nos cursos EaD na área de química. Quanto as notas das avaliações do ENADE, não houve diferenças significativas entre as duas modalidades, concluindo então que trata-se de um estereótipo não justificável de que cursos presenciais são necessariamente melhores que cursos a distâncias.

Presidente Prudente, 18 de maio de 2019

A LEITURA E A ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MARIA EDUARDA CUSTODIO DA SILVA

IARA APARECIDA DA SILVA

DENISE ALESSI DELFIM DE CARVALHO

EMILI GERALDINO FRANÇA

Nós educadores, quando trabalhamos com o aluno, enriquecemos nossa experiência de vida, porém são muitos os desafios encontrados durante o trajeto. Um desses desafios está relacionado à leitura e escrita na educação infantil que ainda é trabalhada dentro de uma concepção tradicional, com uma visão simplista, como simples codificação e decodificação de letras e símbolos e não como um espaço letrado. Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998), apontam que a aprendizagem da linguagem oral e da escrita deve ser trabalhada como um processo de construção e não mais focado na transmissão do conhecimento onde o aluno assume uma passividade frente ao conhecimento. Assim, o professor pode contribuir no processo de leitura e escrita com crianças pequenas para que esta se desenvolva através do lúdico, das interações e das brincadeiras, resgatando o conhecimento prévio do aluno, possibilitando assim, que se torne um ser ativo, crítico e reflexivo, capaz de ser inserido em um mundo letrado. Muitos questionamentos são levantados a respeito do processo de leitura e escrita, dentre os quais: Como as crianças se tornam leitoras e produtoras de texto? Como se dá esse processo? Tomando como ponto de partida tais perguntas, observa-se a ansiedade e necessidade de compreender melhor o processo pelo qual as crianças se tornam leitoras, fazendo-se necessário pensar numa maneira adequada de se iniciar o processo de leitura e escrita logo nas fases iniciais do ensino, partindo do pressuposto: Como se dá o processo de leitura e escrita na Educação Infantil? A pesquisa realizada tem como objetivo geral abordar o processo de leitura e escrita na Educação Infantil. Com base no objetivo geral, definiu-se como objetivos específicos: identificar os processos cognitivos envolvidos na aquisição da leitura e da escrita na alfabetização, a partir da concepção de criança e aprendizagem na Educação Infantil; enfatizar a importância de oferecer aos pequenos um ambiente rico em estímulos de leitura (livros infantis, cartazes com letras, alfabeto), compreendendo o papel do professor na articulação do educar, cuidar e brincar e analisar o desenvolvimento de leitura e letramento na Educação Infantil. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa. Gil (2008) explica que esse tipo de pesquisa é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Classifica-se também como exploratória analisando o assunto qualitativamente. A pesquisa exploratória realiza um estudo para a familiarização do pesquisador com o objeto que está sendo investigado durante a pesquisa. O acesso às informações se deu através de uma análise exploratória em sites, livros e artigos na área de Educação, Letramento, Leitura e Escrita. Foram explorados artigos e livros em repositórios como Scielo e principalmente utilizando o Google Scholar, com referências de autores que tratam sobre o tema, tais como Batista (2009), Freire (2001), Silva (2008), Mendonça (2007)

dentre outros. É possível observar que a leitura é um importante recurso na Educação Infantil, pois enriquece o aluno através das experiências vivenciadas de forma lúdica, utilizando o mundo da fantasia e do faz de conta. É muito importante a maneira como é apresentada a leitura, pois quem ouve, também está lendo, as crianças tem seu primeiro contato através da leitura dos adultos, e ao ouvir é a mesma coisa que estar lendo. "O primeiro contato da criança com um texto é feito oralmente, através da voz da mãe, do pai, ou dos avós, contando contos de fada, trechos da bíblia, histórias inventadas." (ABRAMOVICH, 1997, p.16). A leitura é construída durante toda a vida escolar e também fora dela. A família e a escola tem grande participação na estimulação pelo hábito da leitura, o interesse da criança é incentivado desde a educação infantil. Conforme Kretzmann e Rodrigues (2006, p. 401), "Aproximar a criança na Educação Infantil da leitura é aproximá-las de algo que, na sua maioria, já conhecem. Portanto, trata-se simplesmente de tornar natural o ensino e a aprendizagem de algo que lhes interessa". É necessário que seja feita a conscientização da importância da leitura, desde a infância, para formar cidadãos que organizem e tomem decisões para sua vida. Conclui-se que a leitura é importante na educação infantil em todos os aspectos do desenvolvimento da criança. Há um enriquecimento das vivências do aluno e uma maior influência positiva na construção de sua personalidade e em seu saber. O lúdico tem papel preponderante como forma de cativar a atenção e o gosto pela leitura, além de proporcionar prazer no ato da escrita e da interação com as histórias, com a realidade e com o desenvolvimento da imaginação. Da mesma forma, o professor tem papel de destaque, sendo o guia, o mediador, que envolve o aluno com empatia e afeto, transmitindo-o, tanto com o exemplo quanto com o estímulo, o desejo de adentrar o mundo da leitura e construir sua percepção do mundo como membro da sociedade e contribuinte para sua cultura. Enfim, a leitura e escrita envolve toda a constituição do aprendizado da criança, acompanhando-a por toda a vida e influenciando sua visão de mundo, suas escolhas, sua capacidade de aprender, absorver, interagir e influenciar o meio em que vive. Essa pesquisa nos fez refletir o quanto é importante trabalhar com aulas dinâmicas, em busca de novas práticas pedagógicas, onde o aluno se torna protagonista da sua própria aprendizagem e o professor mediador, participando deste processo junto ao seu aluno, contribuindo assim para uma educação de qualidade, abrindo possibilidades para que todos, desde pequenos, tenham acesso à cultura letrada que segundo Freire (1979, p. 58) "Para ocorrer uma mudança de postura é necessário que haja compromisso em querer mudar".

Presidente Prudente, 18 de maio de 2019

A TECNOLOGIA NA PALMA DAS MÃOS: INIMIGA OU A

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação Móveis e Sem Fio (TIMS) vêm aumentando os de dividir seus espaços com algo que está cada dia mais presente em suas vidas e salas de aula, os celulares (2013). Hoje inúmeras pesquisas apontam que no Brasil existem mais celulares do que habitantes, ou seja, trouxe possibilidades que já foram consideradas impossíveis antes; pois no presente momento estes pequenos aparelhos adentraram as salas de aula tornando-se um "material escolar" indispensável no ponto de vista das carteiras, dividindo espaço com cadernos e outros materiais. Neste contexto, diversas leis municipais e estaduais geraram uma grande polêmica e dividindo opiniões (MATEUS; BRITO, 2011). Opiniões divergentes surgem, pois ao fato de ter "o mundo na palma das mãos", torna-se um grande empecilho no aprendizado de estudantes. Desde a concepção de conhecimento, e utilizar o fácil acesso de seus alunos a este aparelho tecnológico como um fóruns, espaços para compartilhamento de projetos, acesso a bancos de dados, dentre outras funções, e entretenimento dos alunos (SOUZA, 2013). O presente estudo tem como objetivo percorrer e analisar o vivenciado sobre o uso ou não uso de aparelhos celulares em salas de aula. O presente estudo trata-se de ideias, bem como opiniões de diversos educadores, autores e pesquisadores a respeito da temática em que partir de livros, periódicos, teses/dissertações e artigos científicos, relacionados ao tema da pesquisa em base dos dados foram utilizados critérios de inclusão e exclusão, sendo incluídos na pesquisa somente os materiais aqueles materiais encontrados, porém com publicação acima do período estipulado como inclusão foram devidamente analisados, interpretados e catalogados, sendo estes, posteriormente, apresentados delimitados no início desta pesquisa. Na atualidade, as mídias eletrônicas, ou seja, os aparelhos/equipamentos cada lançamento surgem novas funções, novos programas de comunicação e entretenimento, atualizações tornaram-se tão presentes em nosso meio, sendo para alguns, indispensável em seu cotidiano, principalmente internet e ao mesmo tempo sintam-se "livres", visto que diferente dos computadores de um tempo atrás, al (2013). Segundo Valente (2014), na sociedade contemporânea a tecnologia articula-se com diversas áreas e na educação, modificando assim o ambiente escolar tradicional seguido por décadas e décadas. Frente à assim como seus educadores que a representam, deve ser capaz de aproveitar a potencialidade dos recursos proporcionar. Articuladas aos conteúdos curriculares, o uso das novas tecnologias torna o fazer pedagógico educacional capaz de vincular vivência, escola e meios modernos, visto que o aluno de hoje encontra-se (2013) defende que a utilização de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem concede a possibilidade de ambientes de aprendizagem e um amplo acesso aos mais variados assuntos e temas, aproveitando-se do fato tornando-se atualmente novas ferramentas pedagógicas. No entanto, ainda que a tecnologia articulada aos educadores e até mesmo instituições apresentam certa resistência, visto que os modelos de ensino formados metodologias de ensino. Deste modo, torna-se evidente que mesmo que inseridos em uma sociedade inovadora algumas instituições de ensino mesmo que venham a utilizar das potencialidades da tecnologia, ainda reprovam como Moran (2013), tantos outros autores defendem a ideia de que os alunos estão preparados para o uso percebem que precisam mudar, no entanto, não sabem como fazê-lo e/ou ainda não estão preparados para as condições adequadas para a realização de tais mudanças, e não somente efetuar a instalação de computadores com tais equipamentos aos seus professores. Estes por sua vez, principalmente aqueles pautados em uma concepção de ensino se articule de forma adequada entre alunos, mestres e tecnologia. Com base na leitura e análise do

AÇÕES PEDAGÓGICAS DO BRINCAR EM LIBRAS ALIADO AO DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

VICTOR HUGO GUINE

VALERIA ISAURA DE SOUZA

MARIA APARECIDA MUNICARDI CORTE

DENISE ALESSI DELFIM DE CARVALHO

ISADORA APARECIDA DOS SANTOS

O presente trabalho é um relato de experiência do projeto de extensão universitária, realizado pelo curso de Pedagogia Presencial e EAD da UNOESTE, desenvolvido com crianças na Associação dos Surdos e Surdas de Presidente Prudente (ASSPP): Vivenciando o ensino de Libras. Os discentes participantes do projeto possuem orientações da professora de Libras e de Didática referente ao preparo das atividades que este semestre se optou em utilizarem materiais recicláveis para que a aprendizagem tornasse significativa e contextualizada, partindo da hipótese de que podemos auxiliar qualquer criança assumir as suas responsabilidades como cidadão. Vale destacar que é de suma relevância conscientizar a comunidade surda sobre o cuidado com o meio ambiente a partir de práticas sustentáveis, ampliando os olhares dos estudantes junto ao ensino de Libras e assim aprimorando a formação inicial dos discentes de licenciatura. No entanto, a formação do educador deve ser uma ação contínua, assumindo o comprometimento do ensino-aprendizagem no desenvolvimento do trabalho transdisciplinar na ação conjunta da dinâmica. "É fundamental valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão" (BRASIL, 2005, p. 21). Considerando-se que ainda existem vários obstáculos na educação inclusiva, neste caso específico a educação dos surdos, uma educação de qualidade exige práticas, métodos e recursos diferenciados, além do interesse do profissional da educação em realizar as atividades adaptadas. Almeja-se com este projeto avançar no desempenho dos estudantes e também dos futuros professores envolvidos, práticas inclusivas e sustentáveis, fazendo com que seja extinta a imagem depreciativa voltada ao estudante surdo. De acordo com Lopes (2007, p. 86) "um currículo surdo exige que nós pensemos na nossa capacidade de olhar para os surdos colocando-os em outras tramas, que não aquelas atreladas às pedagogias corretivas". O projeto brincar com ações de sustentabilidade traz mudanças significativas para os futuros professores na construção de práticas formativas inovadoras, estimulando a responsabilidade ambiental e social dos futuros professores. Segundo Jacobi (2003), a reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. O projeto almeja como objetivo central oportunizar e conscientizar as crianças da Associação de Surdos e Surdas de Presidente Prudente (ASSPP) sobre a importância do cuidado com o meio ambiente a partir de práticas sustentáveis, ampliando os olhares ao ensino-aprendizagem na Libras e assim aprimorar a formação inicial dos discentes de licenciatura. A proposta do projeto é desenvolvida aos sábados na sede da Associação de Surdos e Surdas de

Presidente Prudente (ASSPP), com duração de 2 horas semanais, sendo as demais horas pertinentes ao planejamento e na elaboração de atividades pedagógicas com materiais reciclados a serem utilizados e adaptados numa abordagem bilíngue. Para a implementação do projeto adaptados em Libras com os discentes da licenciatura, foram desenvolvidas uma consistência pesquisas acadêmica, com atividades contextualizadas e significativa em Libras numa perspectiva pedagógica e sustentável. Dentre as atividades desenvolvidas do projeto brincar com a utilização de materiais recicláveis podemos destacar: . a confecção e execução de laços e chapéus de palhaço confeccionados de jornais na "Semana do Circo"; . rolo de papel higiênico na "Semana da Páscoa" na confecção do coelhinho; . reutilização de papelão na confecção do balãozinho e gotinha na comemoração do "Dia da água"; . utilização de garrafas pets, rolo de papel higiênico, caixa de papelão entre outros na confecção de diversos brinquedos e brincadeiras. O projeto encontra-se em andamento, porém pode-se verificar a significativa transformação nos acadêmicos sobre estratégias com ações sustentáveis aliadas na aplicabilidade pedagógica ao brincar numa abordagem bilíngue, promovendo dessa forma uma educação sustentável. No ano de 2017, foram 10 crianças formadas, em 2018 foram 13 crianças e em 2019 estamos prevendo a formação de em torno de 25 crianças, espera-se ampliar ainda mais o atendimento. Com a execução desse projeto, espera-se contribuir com a Associação de Surdos e Surdas de Presidente Prudente - ASSPP, na formação das crianças surdas e familiares, à consciência por um mundo mais sustentável. Além da experiência formativa aos discentes da licenciatura sobre o brincar articulados com práticas pedagógicas sustentáveis e na criatividade de estratégias metodológicas articuladas nas informações sobre a cultura surda e o letramento bilíngue.

Presidente Prudente, 18 de maio de 2019

UTILIZAÇÃO DE JOGOS DIGITAIS NO ENSINO DE QUÍMICA

GUILHERME CRISOLIGO SOARES DE VASCONCELOS
EDILAINÉ TIRABOSCHI DE OLIVEIRA BERTUCCHI

A presença da tecnologia nos tempos atuais se faz muito presente e de maneira intensa, pela facilidade e por estar a "palma das mãos". Os jogos digitais constituem-se como uma das consequências desse avanço tecnológico e da convergência dos recursos midiáticos, favorecendo a criação de ambientes de aprendizagem repletos de estímulos e desafios. Nas últimas décadas, crianças e jovens, em todo o mundo, vêm fascinando-se com jogos digitais e passam mais horas em frente a telas do computador e de seus smartphones, do que seus familiares e professores gostariam. (MELLO, 2015.) Segundo Savi e Ulbricht (apud Gros, 2003, p. 2), "Uma das principais formas de acesso ao mundo da tecnologia para crianças e jovens é o jogo digital, pois geralmente o primeiro contato com equipamentos eletrônicos acontece por meio de um vídeo game" Pensando neste contexto, lança-se o desafio de como utilizar esses recursos de maneira proveitosa, a todos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. O que é Química? Segundo o portal SOQ, 2018. A Química é a ciência que estuda a matéria e suas transformações. Estuda também a energia que está envolvida nessas transformações. O trabalho em si busca dinamizar o ensino de química através do uso ferramentas tecnológicas, didáticas e pedagógicas, utilizando os jogos digitais como mecanismos de concentração e aprendizado. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi o de levantamento bibliográfico sistemático à impressos digitais e teses científicas de autores que tratam do assunto abordado. Com a utilização da tecnologia como recurso didático, é possível se alcançar uma relevante melhoria na qualidade de ensino e dessa maneira dinamizar o estudo de química. Através das tecnologias, é evidente o acesso rápido e eficiente à aquisição de informações para a construção da aprendizagem; é relevante e diversificada a melhoria da qualidade da comunicação entre professores e alunos viabilizada pelas ferramentas interativas. Percebe-se também o docente que vê na tecnologia uma forma de melhor qualificar suas práticas pedagógica. Por esse motivo, o professor deve cada vez mais participar de formação continuada e aprimorar o seu aperfeiçoamento. (SEEGGER, Vania, 2012, p.1888) Diversas plataformas e Websites são encontrada na rede de internet, que possuem jogos e atividades interativas que interagem e ajudam no processo de aprendizagem de química. Conclui-se que os jogos digitais são ferramentas válidas e atuais, que não se pode desconsiderar suas aplicações no processo de ensino-aprendizagem, devido a interação das pessoas, principalmente os alunos, com as tecnologias e o mundo virtual, fazendo assim que a disciplina de química seja mais dinâmica e interativa.

Presidente Prudente, 18 de maio de 2019

A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822-1825)

LEONARDO LIMA BREDÁ

É de conhecimento geral entre os historiadores que os denominados "eventos históricos" e seus personagens são peça-chave fundamental para a formação da cidadania e de uma identidade nacional, traduzidas no sentimento mútuo entre os indivíduos de pertencer a uma dada nação, integrar e se fazer parte atuante de uma sociedade. Um povo sem história não concebe os laços necessários para tal, visto que o termo "nacionalidade" pode ser entendido, strictu sensu, como a capacidade de se memorar os grandes feitos realizados em comum entre um conjunto de indivíduos, que passam a compartilhar laços culturais entre si. Este trabalho se torna necessário na medida em que se propôs a fazer um resgate do passado em cima do tema que virá a ser abordado, buscando ao máximo relacionar entre si estas pesquisas históricas já previamente realizadas e publicadas, possuidoras de grande renome no meio acadêmico, propiciando um debate historiográfico que trará como contribuição à sociedade um compilado detalhado do processo de emancipação pós Brado do Ipiranga e que, como já foi explicitado acima, visa tirar do ostracismo o nosso sentimento de nacionalidade e cidadania, que se encontram tão prejudicados por um redutivismo histórico assaz, seja ele involuntário ou não. O trabalho visa apresentar o processo histórico decorrente dos conflitos luso-brasileiros ocorridos entre os anos de 1822 e 1825, de forma a elencar a produção historiográfica atual da temática independentista, abordando-se o cenário político vivido pela América portuguesa "vintista". O tema será desenvolvido visando elencar os principais conflitos (militares e de interesse), a participação de personagens históricos no processo e os desdobramentos que levaram ao reconhecimento, por parte de Portugal, da tão aclamada "Independência do Brasil", por meio do Tratado de Paz e Aliança, assinado em 1825 entre portugueses e brasileiros, sob a supervisão britânica. OBJETIVO GERAL O projeto tem por objetivo compreender o contexto dos fenômenos que levaram à Independência do Brasil, partindo da emblemática data do 7 de setembro de 1822 até o final reconhecimento da emancipação política bragantina em 1825. OBJETIVOS ESPECÍFICOS Como objetivos específicos esse trabalho se propõe: Realizar um levantamento de bibliografias de cunho secundário que abordam a lacuna temporal proposta. Estabelecer um debate entre os autores dedicados ao tema, com o fito de perceber interpretações convergentes e conflitantes a respeito do tema proposto. Tentar traçar uma classificação detalhada e historiográfica dos eventos relacionados à Guerra de Independência do Brasil. A vigente pesquisa, de teor qualitativo, buscou se utilizar do estudo de fontes historiográficas secundárias e de caráter textual, visando proporcionar um debate bibliográfico entre as mesmas e em relação ao objeto de estudo, expondo e co-relacionando os dados já previamente pesquisados por atuantes da área da História, para que no desfecho do trabalho se possa ter clara uma idéia de todo o desdobramento histórico do tema proposto. Em relação ao caráter das fontes

bibliográficas a serem utilizadas se opta pelo uso de teses de mestrado e doutorado de mérito aprovativo e livros de teor histórico, publicados e que tratam sobre o devido tema. Tais fontes bibliográficas foram pesquisadas no Banco de Teses e Dissertações da Capes, além dos repositórios de teses de Universidades Federais, etc... A metodologia proposta foi escolhida no sentido de que para se fazer um bom trabalho investigativo sobre os principais ocorridos de um evento histórico de tamanha amplitude como este proposto, se faz necessário o embasamento histórico-científico em cima de trabalhos já previamente publicados, que abordam pequenas parcelas deste macro-tema que o é a Guerra de Independência do Brasil. Realizada devida pesquisa qualitativa destas fontes, buscou-se empreender a sistematização de um trabalho compilador, comparativo e de caráter cronológico, tornando-o um instrumento didático que possa ser utilizado como fonte ulterior de estudos sobre o tema proposto e/ou a utilização acadêmica do mesmo. A pesquisa desenvolvida alcançou os seguintes resultados: Empreendeu-se estudo detalhado da historiografia que trata dos eventos de nossa Independência, de forma que realizou-se seleção qualitativa de fontes secundárias que possibilitaram a construção de um texto compilador que, em suas formas finais, apresenta de forma clara e sucinta os eventos decorrentes do tema proposto, a saber, a Guerra de Independência do Brasil (1822-1825), de forma que o mesmo agora pode ser disponibilizado para uso didático ou de aprofundamento científico. A partir dos resultados alcançados pelo trabalho, conclui-se que os eventos de nossa guerra de independência, apesar de serem pouco abordados atualmente, apresentam-se com clareza àqueles que se propuserem realizar devida pesquisa científica em cima dos mesmos. Em relação ao fato histórico estudado, o que se tem é a validade da problemática levantada por este mesmo projeto, a saber, a necessidade de se empreender resgate histórico dos eventos de nossa Independência que, como atestam as fontes históricas levantadas, não se deu de forma pacífica e simplista, mas sim por meio de uma guerra literal donde ao final dos conflitos, brasileiros finalmente puderam conclamar a "pátria livre". Os acontecimentos históricos decorrentes do movimento independentista pós Brado do Ipiranga por muito tempo foram tratados de forma simplista pela Historiografia nacional, tendo-se como acertado o desenrolar relativamente pacífico entre as Cortes portuguesas e o círculo interno do príncipe regente brasileiro, onde, através de um conluio elitista se teria acordado a emancipação político-econômica bragantina. Porém esta visão tida por uma parcela dos historiadores brasileiros se apresenta falha e leviana, visto que após o 07 de Setembro de 1822 só seria concretizada uma "Independência do Brasil" em meados de 1825 com o Tratado de Paz e Aliança entre as "duas nações", dando bases para a validade da grande problemática em questão aqui, cujo acobertamento se viu presente durante gerações de historiadores: a ocorrência de uma verdadeira Guerra de Independência, com a existência de conflitos armados durante aproximadamente três anos (1822-1825) entre milícias rebeldes defensoras do estandarte do "Príncipe de Bragança" e tropas lusitanas de além-mar leais aos interesses das Cortes Constituintes Portuguesas, que se desdobrou em boa parte do território nacional, sendo influenciada pelos particularismos sócio-econômicos dos membros da elite bragantina e trazendo a reboque a participação efetiva da grande massa da população comum, quais dariam suas vidas visando a consolidação da "pátria livre".

Presidente Prudente, 18 de maio de 2019

A IGREJA CATÓLICA PÓS VATICANO II: A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, A RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA E O PAPA JOÃO PAULO II

LUCAS GABRIEL DE OLIVEIRA MARTINS

INTRODUÇÃO O final da década de 1960, período pós Vaticano II, marcou o surgimento de duas importantes correntes teológicas (aqui também referidas como "movimentos") no interior da Igreja Católica: a Teologia da Libertação (TL) e a Renovação Carismática Católica (RCC) que se destacaram por suas propostas evangelizadoras nas décadas subsequentes. Da mesma forma, os anos 60 marcam também o início de um conflituoso processo de retomada institucional do conservadorismo católico, também chamado de Reação Conservadora e que tem seu ponto alto na eleição de João Paulo II ao papado em 1978. Seu pontificado marcou profundamente o desenvolvimento de ambas as correntes supracitadas (TL e RCC), definindo o espaço em que as mesmas puderam ocupar (e ainda ocupam) dentro da instituição católica. Em vista disso, buscamos compreender de que maneira o pontificado de João Paulo II afetou o desenvolvimento destes movimentos bem como definiu sua participação no interior da Igreja, sem perder de vista o processo chamado de Reação Conservadora, que se traduz em um agudo conflito entre conservadores e progressistas no seio da Igreja Católica. A importância de se estudar tal processo decorre, primeiramente, do fato de que, após o Concílio Vaticano II, tanto a Renovação Carismática quanto a Teologia da Libertação destacaram-se como as principais linhas de evangelização católica no final do século XX. Além disso, ambos influenciaram importantes mudanças no interior da instituição católica, seja em sua teologia, seja na própria práxis católica. Por fim, cabe destacar que estes mesmos movimentos tiveram (e ainda têm) forte presença no cenário religioso brasileiro. A Teologia da Libertação, por exemplo, teve papel importante durante a Ditadura militar, bem como suscitou importantes reflexões por toda a América Latina. Já a Renovação Carismática, possibilitou a igreja católica brasileira fazer frente ao protestantismo pentecostal e neopentecostal. No tocando a figura de João Paulo II, é importantíssima a reflexão acerca de seu pontificado, um dos mais longos da história da Igreja, em um contexto em que não só o mundo (Guerra Fria), mas também a Igreja, passava por polarizações e disputas ideológicas. **OBJETIVO GERAL** Compreender de que maneira o pontificado de João Paulo II afetou o desenvolvimento de dois importantes movimentos teológicos da Igreja Católica, Teologia da Libertação e Renovação Carismática Católica, que surgiram no final da década de 60, após o Concílio Vaticano II. **OBJETIVOS ESPECÍFICOS** - Observar de que maneira os referidos movimentos foram assimilados pela Instituição Católica e que espaços puderam ocupar na mesma sob a direção de João Paulo II. - Observar como o contexto político local e mundial pode ter influenciado as o posicionamento papal em torno destes movimentos. - Observar o processo histórico conhecido como Reação Conservadora na Igreja, buscando inserir tais movimentos em

uma problemática mais ampla de conflito entre conservadores e progressistas no interior da Igreja Católica. MATERIAL E MÉTODOS A fim de investigarmos a influência papal de João Paulo II no desenvolvimento da Teologia da Libertação, bem como da Renovação Carismática no final da década de 60, procuramos dividir o trabalho em quatro partes, sendo a primeira uma contextualização de algumas das transformações ocorridas após o Concílio Vaticano II, bem como uma breve análise sobre a origem e os primeiros anos de cada movimento. Num segundo momento buscamos definir o processo denominado de Reação Conservadora e suas implicações para a Igreja, concluindo com a eleição pontifícia de João Paulo II. A terceira e quarta parte consistem, portanto, em discussões em torno das relações entre o papado e os dois movimentos, buscando discutir pontos divergentes e convergentes entre eles e dando especial atenção à Igreja do Brasil, onde tais movimentos se fizeram fortemente presentes. Por fim, para a realização deste trabalho optou-se pela análise documental, utilizando de uma série de documentos produzidos pelos elementos que são objeto desse estudo, (Teologia da Libertação, Renovação Carismática e papa João Paulo II), sendo composta, basicamente, por discursos pontifícios, cartas, orientações, textos teológicos, apostilas e cartilhas de formação continuada, além de base bibliográfica. Buscou-se através destes identificar as principais ideias de ambos, papa e movimentos, bem como a possibilidade de pontos convergentes e/ou divergentes. CONCLUSÃO/RESULTADOS A principal conclusão a que se pode chegar é a de que houve por parte do Papa João Paulo II preferência em relação a Renovação Carismática Católica, preferência essa traduzida em incentivos e legitimação, ao passo que, a Teologia da Libertação foi sistematicamente solapada. Concluímos também que, esse solapamento sistemático à Teologia da Libertação, deve-se, sobretudo, às suas bases marxistas bem como à sua postura crítica ante a hierarquia Católica. Além disso, foi importante nesse processo de perseguição à Teologia da Libertação a figura do Cardeal Ratzinger (posteriormente papa Bento XVI) enquanto prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, que agiu como uma espécie de braço disciplinar de João Paulo II. No tocante a Renovação Carismática, observamos que sua postura submissa à hierarquia católica e conseqüentemente ao próprio papa, serviu para amenizar as críticas e desconfianças em relação ao movimento. Além disso, a postura conservadora do movimento, bem como seu projeto de evangelização mundial decorrente de uma experiência intimista com o Espírito Santo, foi de encontro aos anseios de João Paulo II, preocupado com o secularismo europeu, questão que levou o papa a reconhecer o movimento como importante elemento de renovação da Igreja pós conciliar. Por fim, cabe observar que, é possível que os conflitos posteriores ocorridos entre Renovação Carismática e Teologia da Libertação, conflitos esses já reconhecidos e apontados por vários estudiosos, tiveram suas raízes na própria ação papal, na medida em que legitimava um e desfavorecia outro. Contudo, tal afirmação é ainda uma hipótese e cabe maiores estudos. CONCLUSÕES A principal conclusão a que se pode chegar é a de que houve por parte do Papa João Paulo II preferência em relação a Renovação Carismática Católica, preferência essa traduzida em incentivos e legitimação, ao passo que, a Teologia da Libertação foi sistematicamente solapada. Concluímos também que, esse solapamento sistemático à Teologia da Libertação, deve-se, sobretudo, às suas bases marxistas bem como à sua postura crítica ante a hierarquia Católica. Além disso, foi importante nesse processo de perseguição à Teologia da Libertação a figura do Cardeal Ratzinger (posteriormente papa Bento XVI) enquanto prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, que agiu como uma espécie de braço disciplinar de João Paulo II. No tocante a Renovação Carismática, observamos que sua postura submissa à hierarquia católica e conseqüentemente ao próprio papa, serviu para

amenizar as críticas e desconfianças em relação ao movimento. Além disso, a postura conservadora do movimento, bem como seu projeto de evangelização mundial decorrente de uma experiência intimista com o Espírito Santo, foi de encontro aos anseios de João Paulo II, preocupado com o secularismo europeu, questão que levou o papa a reconhecer o movimento como importante elemento de renovação da Igreja pós conciliar. Por fim, cabe observar que, é possível que os conflitos posteriores ocorridos entre Renovação Carismática e Teologia da Libertação, conflitos esses já reconhecidos e apontados por vários estudiosos, tiveram suas raízes na própria ação papal, na medida em que legitimava um e desfavorecia outro. Contudo, tal afirmação é ainda uma hipótese e cabe maiores estudos.

RESUMO A segunda metade do século XX foi de profundas mudanças para a Igreja Católica, sobretudo pela realização do Concílio Vaticano II, que vai de 1962 a 1965. Desse evento histórico, surgiram correntes teológicas que despertaram de imediato a atenção da alta hierarquia católica, causando reações diversas e intensificando no interior da Igreja o embate entre conservadores e progressistas, entre o clero de Roma e o da América latina. Em vista disso, no presente trabalho pretende-se abordar as ações e posturas assumidas pela alta hierarquia católica, em particular o papado de João Paulo II, perante tais correntes, a saber, a Teologia da Libertação e a Renovação Carismática Católica. Pretende-se ainda observar como tais posturas influenciaram no desenvolvimento de ambos os movimentos teológicos, bem como definiram os espaços em que ambos puderam ocupar no interior da Igreja.

Presidente Prudente, 18 de maio de 2019

AS REPRESENTAÇÕES DO PROGRESSO PAULISTANO NAS PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS NA DÉCADA DE 20: UMA ABORDAGEM IDEOLÓGICA E HISTORIOGRÁFICA.

CYNTIA ELISA COURAÇA DE SOUZA

A escola dos Annales proporcionou uma mudança no modo de se escrever a história, surgindo como uma resposta as decorrentes mudanças sociais, políticas e econômicas na época. O novo paradigma opõe-se a história positivista para dar lugar a uma concepção historiográfica mais abrangente e inovadora, rompendo as barreiras entre as ciências sociais e humanas, para propor uma abordagem interdisciplinar. A História Nova inseriu novas abordagens diversificadas, ampliando o termo "documento", produzindo uma história cultural, proporcionando uma multiplicação das fontes de pesquisa históricas, que possibilitaram o uso da arte cinematográfica, tornando-se importante material na investigação historiográfica. Nesse aspecto, o cinema como fonte histórica constituiu-se de um complemento do saber histórico. A pesquisa científica pretende analisar o Cinema Brasileiro produzido na Década de 1920, delimitando-se a análise cinematográfica das obras: "Fragmentos da Vida (1929)" e "São Paulo: sinfonia da metrópole (1929)", ambas produzidas dentro do Estado de São Paulo, que tendem a contribuir para compreensão do progresso paulistano e complementar a historiografia brasileira.

OBJETIVO GERAL Analisar as fontes cinematográficas brasileiras na década de 20 produzidas no Estado de São Paulo, que retratem o progresso paulistano, contrapondo com o período histórico e abrir propostas no uso da fonte no investimento de futuras pesquisas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Avaliar as obras cinematográficas produzidas no Estado de São Paulo que retratem o progresso paulistano na década de 20
2. Contrapor obras independentes com produções governamentais cinematográficas
3. Extrair as ideologias presentes nos filmes
4. Complementar a historiografia brasileira pelo uso do cinema como fonte do saber histórico.

O material fílmico para análise proposta encontra-se disponível no acervo da Cinemateca Brasileira, mas não foi possível a disponibilização do material eventual para apreciação, porém as próprias obras selecionadas localizam-se disponíveis on-line no site do YouTube (www.youtube.com) onde serão avaliadas para promoção do projeto. Os documentos cinematográficos discutidos apresentam certa riqueza na compreensão da história e conhecimento do passado. A proposta visa à concepção do significado do filme no contexto histórico, contrapondo as ideologias presentes na obra, levando aos questionamentos: Qual a intenção de quem as produziu? Que ideologias e críticas podemos extrair desta imagem? A investigação dentro das obras cinematográficas estabelecem múltiplos recortes da história social através de um audiovisual como fonte documental. A importância cultural dessas produções cinematográficas pode ser vista através dos elementos de interpretação do contexto histórico, ao analisar o enredo das obras observa-se o período na qual reside, apontando a visão e os discursos dos autores por meio das imagens, além disso, a interpretação dos dados externos, como a produção,

financiamento, público, revelam a construção da narrativa histórica, ultrapassando a evidência própria nos discursos, para atingir a determinada intenção do filme. Análise filme das obras nos trás a leitura histórica da ocasião expondo o olhar da representação na construção no tempo, não transcrevendo uma representação ou cópia do real, apenas uma imagem construída a partir dele. Sendo assim a investigação permite a complementação histórica, concebendo o significado do filme no contexto histórico, contrapondo as ideologias presentes e levantando questionamentos, estabelecendo múltiplos recortes da história social através de um audiovisual como fonte documental.

Presidente Prudente, 18 de maio de 2019

A ESCUTA DENTRO E FORA-DA-LEI: DISCUSSÕES SOBRE O PAPEL DO PSICÓLOGO NO TRABALHO COM JOVENS QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

ALANA BRUNA PEREIRA LEITE

CASSIA APARECIDA RIBEIRO

JOANA SANCHES JUSTO

A princípio buscou-se a distinção entre os serviços que competem ao profissional de psicologia e o de serviço social, visto que os artigos consultados traziam certa indistinção no campo da atuação prática no serviço. Essa indistinção, segundo Senra e Guzzo (2012) faz com que ambos os profissionais acabem atuando nas mesmas funções e exercendo papéis muito semelhantes, no atendimento de jovens em medidas sócioeducativas. A pesquisa baseou-se em artigos científicos que contemplaram o assunto, bem como em documentos publicados pelos Conselhos Federal e Estadual de Psicologia com a finalidade de ter entendimento do funcionamento do referido serviço, sendo eles também, norteadores para a atuação do profissional de psicologia nestes ambientes. Documentos que formalizam o serviço como o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - e o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente - auxiliaram na compreensão do funcionamento operativo bem como o que motivou à criação. Assim, de acordo com o ECA, "considera-se criança, para os efeitos dessa lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade" (ECA, art. 2º, 1990). O estatuto leva em consideração a criança e o adolescente como sujeitos em estágio de desenvolvimento, dessa forma, ao cometer um ato infracional, o adolescente será devidamente responsabilizado, porém de modo diferente da responsabilização do adulto, por meio de uma medida socioeducativa (ECA, 1990). As medidas socioeducativas são aplicadas pelo poder judiciário quando um adolescente comete uma infração, que é entendida, conforme o ECA, como crime ou contravenção penal. Sua aplicação se faz necessária devido à desaprovação da conduta deste sujeito e como forma responsabilizá-lo por sua ação no intuito de que este rompa com o ato infracional (SINASE, 2012). Desta forma, seguimos um percurso de investigação que tratou de uma escuta que está para além do que é verbalizado, pelo ser falante que reivindica, com seu grito e suas exigências, ser ouvido em sua história - e quem sabe ouvir-se em sua história. Talvez seja justamente pela via da escuta que o trabalho do psicólogo possa ser delineado, diferenciando-o de outros profissionais que se ocupam com outros aspectos desse cenário em que aí figura um jovem que infringiu a lei. Por uma via ética da psicanálise cabe aqui questionar: qual é a Lei que apoia o trabalho de um psicanalista? O que é escutar estes sujeitos? A pesquisa justificou-se devido à baixa produção científica sobre a escuta psicológica de base psicanalista nos serviços de medidas socioeducativas que atendem jovens em conflito com a lei. Teve

como objetivo geral compreender o papel da escuta e da ética psicanalítica dentro dos serviços direcionados a estes adolescentes. Deste surgiram quatro objetivos específicos sendo: Investigar as práticas psicológicas voltadas às medidas socioeducativas; Discutir o papel do psicólogo de abordagem psicanalítica nos programas voltados para adolescentes em conflito com a lei; Situar o que é a escuta analítica para a psicanálise e Compreender a importância da lei do desejo para a ética da psicanálise. Objetivo geral: compreender o papel da escuta e da ética psicanalítica dentro dos serviços direcionados a estes adolescentes. Objetivos específicos: Investigar as práticas psicológicas voltadas às medidas socioeducativas; Discutir o papel do psicólogo de abordagem psicanalítica nos programas voltados para adolescentes em conflito com a lei; Situar o que é a escuta analítica para a psicanálise e Compreender a importância da lei do desejo para a ética da psicanálise. Para a construção de um entendimento sobre a operacionalização e saber o que são as medidas socioeducativas foram utilizadas a lei do SINASE e o ECA. No que tange a prática laboral do psicólogo neste serviço e para a diferenciação do trabalho exercido pelo assistente social, buscou-se em artigos e nos materiais publicados pelos Conselhos Federal e Estadual de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social, bibliografias que explicassem as respectivas funções. Para a fundamentação no que venha a ser a escuta e a ética para a psicanálise, foi realizada a busca nos escritos de Freud e Lacan, respectivamente e também consulta em artigos científicos. Deste modo a pesquisa caracterizou-se por ser qualitativa, de cunho documental bibliográfico. Teve como base de dados os textos dos autores aqui referidos e artigos publicados nas plataformas Scielo e Periódicos Capes. Como recorte temporal principal, utilizamos um período de dez anos, sendo procurados artigos compreendidos entre os anos de 2008 à 2018. Devido à pesquisa ter dado enfoque ao psicólogo de abordagem psicanalítica, foram utilizados textos de Sigmund Freud escritos entre 1905 à 1926, como base do estudo. Como descritores foi utilizado: psicologia X adolescentes em conflito com a lei; psicologia e assistente social X adolescente em conflito com a lei. Além das plataformas citadas, o site do conselho Estadual de Psicologia e Federal de Serviço Social foram visitados por dispor de materiais, cadernos de orientação, que foram usados na pesquisa. Como resultados podemos inferir que a escuta de orientação psicanalítica possibilita uma escuta para além do sintoma, ou seja, busca a gênese do que causa sofrimento ao sujeito, parte do querer deste, e permite que ele se ouça. Desse modo, poderá, se assim desejar, mudar a forma com que se relaciona na vida, e quem sabe, diminua a reincidência na infração, algo tão presente para essas pessoas, uma vez que um dos objetivos da técnica é tornar o sujeito apto à sua existência. (FREUD, 1905 [1904]) No que tange a lei do desejo, podemos dizer que é a lei que impulsiona o indivíduo na vida, os modos de relação e suas ações, está presente nele e não segue o mesmo curso da lei moral ou judiciária. Não cessa até que possa ser ouvido e enquanto não o é, busca por si próprio formas de alcançar alguma satisfação. É importante ressaltar que o sujeito não o sabe de modo consciente, por isso expressa-o e o repete, sem ter ciência do que faz ou mesmo sem entender os motivos do agir. Um modo de escutá-lo é o sujeito o por em palavras, daí a importância, durante o atendimento, da permanência do atendido na associação livre, técnica descoberta por Freud, e regra fundamental da psicanálise. Esta regra consiste em falar tudo o que lhe ocorre, livremente, sem preocupações com lógica do que é dito, sem que haja censuras ou julgamentos. "É incidentalmente não desprezemos a palavra. Afinal de contas, ela é um instrumento poderoso; é o meio pelo qual transmitimos nossos sentimentos a outros, nosso método de influenciar outras pessoas. As palavras podem fazer um bem indizível e causar terríveis feridas. " (Freud, 1926) Colocar o que lhe ocorre em palavras funciona segundo BARBOSA NETO; PASSOS (2014, p. 43), como uma substituição da ação,

assim, dar nome a algo enfraquece o ato, pois diminui a potência do desejo, que agora não mais precisa unicamente do concreto, mas se satisfaz por meio de discurso. Mediante ao que foi apresentado, podemos inferir que a pesquisa caminhou de acordo com as expectativas iniciais. Foi possível perceber que a escuta e ética da psicanálise podem contribuir significativamente para o referido serviço, uma vez que um dos objetivos propostos pelo SINASE, Cap.I art. 1ª, § 2º, I é a "responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação" e rompimento. Como podemos perceber a psicanálise é uma prática que visa fazer com que o sujeito se perceba como agente da ação e deste modo chama-o para a responsabilidade, sendo diretamente proporcional aos objetivos dos documentos referidos. De certo modo vai para além, pois o primeiro subjulga-se especificamente às leis, enquanto a psicanálise ao próprio sujeito, que enquanto não encontra-se consigo mesmo está assujeitado aos intempéries do desejo do outro. No que tange o tema da pesquisa, o papel do psicólogo no trabalho com jovens que cumprem medidas socioeducativas, a prática laboral é especificada justamente pela escuta, como o que foi traçado no presente projeto, a distinção entre o assistente social e o psicólogo se fez neste sentido. O traçado do projeto aconteceu de modo a percorrer pela via da distinção entre o trabalho realizado pelo psicólogo e o do assistente social neste ambiente, todavia, ao percebermos que a escuta é a ferramenta principal nesta diferenciação chegamos a outros questionamentos, introduzidos no decorrer da pesquisa, onde a indagação de aporte foi respondida, mas que possibilitou uma nova visão a cerca deste assunto e nos trouxe ao ponto em que estamos. Afinal, o que vem a ser a escuta ética para a psicanálise?

Presidente Prudente, 18 de maio de 2019

A RELAÇÃO ENTRE ATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES À LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

BRUNO RISSATTO PEREIRA
RICARDO ELEUTÉRIO DOS ANJOS

A psicologia histórico-cultural é uma abordagem que surgiu na União Soviética nos anos de 1920, por meio de seus precursores Vygotski, Luria e Leontiev. Com base no materialismo histórico-dialético, essa teoria buscou a superação da dicotomia encontrada nas concepções idealistas e mecanicistas em psicologia, notadamente a partir das ideias sobre a consciência humana. A fim de superar a citada dicotomia, a psicologia histórico-cultural ancorou-se no conceito de atividade e entende a consciência como um atributo do psiquismo humano engendrado na atividade consciente, o trabalho. O trabalho é a atividade vital onde, diferentemente da atividade adaptativa dos demais animais, o ser humano modifica a natureza a fim de suprir suas necessidades. A transformação objetiva da natureza engendrou no ser humano uma transformação subjetiva, posto que, a cada necessidade suprida, surgem novas e mais complexas necessidades, exigindo um psiquismo mais complexo. Nesse sentido pode-se afirmar que o psiquismo humano não poderia se desenvolver fora da complexidade da atividade social. Não obstante a importância da categoria atividade na teoria histórico-cultural, esta pesquisa defenderá a ideia de que o objeto de estudo da psicologia não deveria ser a atividade em si, mas sim, o psiquismo. Defende, portanto, que a atividade é o princípio explicativo do desenvolvimento psíquico do ser humano, afirmação esta que vai de encontro às ideias de alguns autores da própria teoria histórico-cultural que defendem o pressuposto de que a atividade seria o objeto de estudo dessa ciência. Diante desse cenário, o presente trabalho propõe a seguinte questão de pesquisa: levando em consideração que, para a psicologia histórico-cultural, o psiquismo é a representação mental da realidade que é formada no cérebro a partir de um sistema funcional complexo, constituído de funções psíquicas afetivo-cognitivas, e que a consciência é atributo específico do psiquismo humano, qual é a relação entre o conceito de atividade e o desenvolvimento da consciência? Os resultados da pesquisa podem ser utilizados, dentre outros fatores, como aportes teóricos à prática clínica nessa abordagem psicológica e isso, basicamente, por dois motivos: o primeiro radica no fato de a consciência ser o objeto de estudo desta teoria psicológica, o segundo, estreitamente vinculado ao primeiro, é a constatação de poucas produções nessa área de atuação do psicólogo de orientação histórico-cultural. O que justificaria a produção deste trabalho. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a relação entre a categoria atividade e o desenvolvimento da consciência humana, a partir da psicologia histórico-cultural. Os objetivos específicos são: Identificar e caracterizar o conceito de atividade à luz da psicologia histórico-cultural; analisar a relação entre o conceito de atividade e o desenvolvimento das funções psíquicas, por meio das quais se forma o psiquismo;

Definir o conceito de atividade como princípio explicativo da formação e desenvolvimento da consciência humana e produzir aportes teóricos à atuação psicológica clínica na abordagem histórico-cultural. Trata-se de uma pesquisa teórico-conceitual que tem como base epistemológica o materialismo histórico-dialético que assevera que o caminho do conhecimento parte do empírico ao concreto por meio das abstrações ou, em outras palavras, parte da síntese à análise por meio da análise. Esse método de elevação do abstrato ao concreto não se aplica apenas à análise da reprodução social regida pela lógica do capital. Trata-se de um método necessário às ciências de maneira geral. Portanto, a pesquisa preconiza: 1) a análise do processo e não do objeto, ou seja, uma análise que descubra o nexo dinâmico causal do fenômeno, uma vez que é preciso investigar e compreender como determinado fenômeno desenvolve-se na história social dos indivíduos. 2) a análise explicativa e não descritiva, isto é, uma análise que não seja reduzida a uma simples descrição da manifestação superficial do fenômeno e; 3) a análise do comportamento fossilizado, caracterizada pela busca da compreensão daqueles comportamentos que foram automatizados e, conseqüentemente, não revelam sua natureza interna. Por isso dão a impressão de comportamentos naturais, inatos. Daí a necessidade da análise do processo e não do produto final manifestado no comportamento do indivíduo. Esses três momentos de análise dos fenômenos psicológicos são considerados em conjunto. Os dados serão analisados a partir da seguinte estrutura: a) Revisão bibliográfica: onde será delineado o problema de pesquisa, permitindo que os pesquisadores se apropriem dos conhecimentos necessários à compreensão aprofundada do tema; b) Coleta de dados: onde será realizada uma leitura analítica das obras elencadas para a coleta de dados; c) Análise e interpretação dos dados: onde se realizará uma discussão dos dados obtidos na coleta de dados e; d) Redação final: caracterizado pela elaboração do relatório final da pesquisa. A pesquisa demonstrou, no período de 2008 a 2018, que não houve produções de artigos, dissertações e teses sobre o tema da atuação clínica do psicólogo de abordagem histórico-cultural, principalmente, a partir da discussão de seu objeto de estudo. Por outro lado, foram encontrados trabalhos científicos voltados ao campo da educação que relacionam a categoria atividade com o desenvolvimento psíquico. No entanto, tais trabalhos parecem afirmar que a atividade é o objeto de estudo da psicologia histórico-cultural. Esta pesquisa problematizou essas concepções, uma vez que o entendimento da categoria atividade, como objeto de estudo da psicologia histórico-cultural, obliteraria a atuação do psicólogo clínico, dado o aspecto amplo do que vem a ser o conceito de atividade, correndo o risco, inclusive, de dicotomizar as relações dialéticas entre indivíduo e sociedade e biológico e social. As atividades psíquicas dos animais formam-se nas condições de vida de cada espécie. As formas de vida que diferenciam a atividade consciente do ser humano da atividade adaptativa dos demais animais, que foram aqui apresentadas, são as formas histórico-culturais de atividade, ou seja, o trabalho e a produção dos instrumentos de trabalho e da linguagem. No processo de desenvolvimento histórico, o ser humano modifica os modos de sua conduta, ele cria novas formas de comportamento especificamente culturais. Desse modo, destaca-se a importância de se estudar o conceito de atividade a fim de compreender a formação e o desenvolvimento do psiquismo humano. Ao eleger o conceito de atividade consciente como tema de discussão dos fundamentos filosóficos da psicologia histórico-cultural, não se pode perder de vista que essa abordagem psicológica não tem como objeto de estudo a atividade em si. A pesquisa concluiu que o conceito de atividade não é tema da psicologia, o tema da psicologia é o psiquismo. A questão está em como estudá-lo: a) a partir de uma manifestação metafísica e apriori; b) a partir de uma manifestação biologizante e maturacional/evolucionista ou; c) dentro da atividade em que se forma e

se manifesta. A psicologia histórico-cultural segue esse terceiro caminho. Analisar a relação entre o conceito de atividade e o desenvolvimento da consciência humana, a partir da psicologia histórico-cultural, é o objetivo central desta pesquisa de iniciação científica. Para tanto, propõe uma pesquisa teórico-conceitual, com base no materialismo histórico-dialético, que busca a explicação histórica da necessidade da inserção da categoria atividade na psicologia, a definição de atividade consciente, sua estrutura, bem como a relação de tal categoria com a formação da consciência como atributo do psiquismo. A pesquisa concluiu que a categoria atividade não deveria ser compreendida como o objeto de estudo da psicologia, mas sim, como o princípio explicativo da formação e desenvolvimento do psiquismo humano.

Presidente Prudente, 18 de maio de 2019

O CONCEITO DE ATIVIDADE NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL E SUA CONTRIBUIÇÃO À PSICOLOGIA DO ESPORTE

ILSA MARCELA DIAS PASCHOAL
WESLEY DE OLIVEIRA PEREIRA
RICARDO ELEUTÉRIO DOS ANJOS

A psicologia histórico-cultural é uma abordagem que surgiu na União Soviética nos anos de 1920 e tem como seus principais precursores os psicólogos Vigotski, Luria, Leontiev e Rubinstein. Seu objeto de estudo é o psiquismo que outra coisa não é, senão, a representação mental da realidade objetiva que é formada no cérebro por meio de um sistema funcional complexo, constituído por funções afetivo-cognitivas, tais como: sensação, percepção, atenção, memória, pensamento, linguagem, imaginação, sentimento e emoção. Na complexidade da atividade social, tais funções saltam qualitativamente de uma estrutura "estímulo-resposta" à estrutura mediada pela cultura. Portanto, a atividade consciente do ser humano caracteriza-se por três importantes aspectos que a difere da atividade dos demais animais. O primeiro é que ela não é determinada apenas por necessidades biológicas, mas, sobretudo, por necessidades superiores, formadas a partir da complexidade da atividade social. O segundo aspecto é que a atividade humana é mediada, ao contrário da atividade imediata dos demais animais. Por fim, o terceiro, refere-se ao fato de que a maioria das atividades humanas não é produzida pela hereditariedade, tampouco somente por experiências individuais, mas sim, pela experiência de toda a humanidade, a partir do processo de apropriação das riquezas humanas objetivadas ao longo do percurso histórico, e isso só pode ocorrer por meio do processo de educação. Ao consultarmos as bases de dados, não foram encontradas, até a presente data, pesquisas que abordem a questão atinente às contribuições da psicologia histórico-cultural à psicologia do esporte, o que mostra a necessidade de produção de aportes teóricos a partir de tal abordagem. O problema de pesquisa ancora-se nos dados supracitados, uma vez que o psicólogo que escolheu atuar dentro da abordagem histórico-cultural teria de buscar aportes teóricos de outras abordagens para sistematizar um trabalho de treinamento psicológico no contexto esportivo. Tal miscelânea epistemológica fugiria ao rigor científico exigido na prática do psicólogo. Esse cuidado em evitar a junção de abordagens psicológicas não é uma preocupação encontrada apenas na atualidade. Vygotski, principal precursor da psicologia histórico-cultural, já teria dito que a mistura de abordagens psicológicas seria um equívoco metodológico e que as abordagens em questão perderiam suas características mais importantes. Assim, justifica-se a produção de aportes teóricos da psicologia histórico-cultural para a psicologia do esporte. E, para tanto, foi escolhido o conceito de atividade, por entender que tal categoria é o assunto fulcral desta abordagem, por meio da qual se explica a formação e o desenvolvimento psíquico do ser humano. O objetivo desta pesquisa é produzir aportes teóricos à psicologia do esporte, especificamente na área de atuação do esporte de rendimento, por meio da análise da categoria "atividade humana" à luz da psicologia histórico-cultural. Dentro

dos limites de um trabalho de iniciação científica, esta pesquisa partiu da definição do conceito de atividade e buscou compreender, por meio de abstrações e categorias de análise, as aplicações de tal conceito para a psicologia do esporte e à sistematização de um treinamento psicológico para atletas de alto rendimento. Os dados foram analisados a partir da estrutura: a) Revisão bibliográfica: onde foi delineado o problema de pesquisa, permitindo que os pesquisadores se apropriassem dos conhecimentos necessários à compreensão aprofundada do tema; b) Coleta de dados: onde foi realizada uma leitura analítica das obras elencadas para a coleta de dados; c) Análise e interpretação dos dados: onde foi realizada uma discussão dos dados obtidos na coleta de dados e; d) Redação final: caracterizado pela elaboração do relatório final da pesquisa. Após a consulta nas bases de dados tais como BVS-psi, Periódicos Capes/MEC, Scielo, Index psi, Lilacs, Pepsic, bem como teses e dissertações escritas no Brasil, a partir dos descritores "psicologia histórico-cultural and psicologia do esporte" e "teoria da atividade and psicologia do esporte", no período entre 2008 a 2018, foi constatado que não há, até a presente data, pesquisas sobre as contribuições da psicologia histórico-cultural à psicologia do esporte. Os resultados apontam para a necessidade de produção de aportes teóricos a partir de tal abordagem para embasar a atuação científico-profissional do psicólogo representante dessa escola psicológica. A partir do pressuposto de que nenhuma função psicológica se desenvolve fora das atividades que as requeiram, considera-se que o estudo do conceito da categoria atividade possibilitará, ao psicólogo de abordagem histórico-cultural, a sistematização de um plano de treinamento psicológico para atletas de alto rendimento, corroborando a necessidade de o atleta superar, por incorporação, as formas "em-si" (impulsivas e sem reflexão), às formas "para-si" (ou seja, relações conscientes com a genericidade) de comportamento humano, como o autodomínio da conduta, o planejamento, a atenção voluntária, o pensamento abstrato. Esta pesquisa de iniciação científica propôs uma análise do conceito de atividade humana a partir da teoria histórico-cultural, com o objetivo de produzir aportes teóricos para a psicologia do esporte, notadamente, à atuação psicológica com atletas de alto rendimento. Para tanto, esta pesquisa teórico-conceitual analisou a atividade humana e sua relação com o desenvolvimento psíquico; Identificou as contribuições do conceito de atividade humana ao esporte de rendimento e analisou as contribuições de tal conceito para a sistematização de um treinamento psicológico à luz da psicologia histórico-cultural.

Presidente Prudente, 18 de maio de 2019

O DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO EM VIGOTSKI: CONTRIBUIÇÕES À ATUAÇÃO CLÍNICA HISTÓRICO-CULTURAL

MARIA LAURA LOPES BERTASSO
JULIANA RIBAS BRIGATTO
VINICIUS DOS SANTOS OLIVEIRA
RICARDO ELEUTÉRIO DOS ANJOS

Este trabalho de iniciação científica propõe uma pesquisa teórico-conceitual que contribua para a edificação dos fundamentos filosóficos e psicológicos da atuação clínica do psicólogo orientado pelos pressupostos da psicologia histórico-cultural, notadamente a partir do conceito de diagnóstico clínico e do desenvolvimento. Nesse contexto, propõe uma análise do conceito de diagnóstico, evidenciando suas contribuições à atuação do psicólogo nos contextos clínicos embasados na teoria histórico-cultural. Para tanto, parte-se das seguintes questões de pesquisa: o que vem a ser o diagnóstico clínico em Vigotski? O que motivou esse auto a produzir um aporte teórico sobre o diagnóstico? Quais os saberes necessários que o psicólogo deve se apropriar a fim de produzir um diagnóstico clínico a partir dessa abordagem? Quais são suas principais técnicas? Não obstante as contribuições de Vigotski ao tema do psicodiagnóstico, não foi encontrado, até a presente data, trabalhos que se embasem em tais pressupostos, nem sua aplicabilidade ao contexto clínico. Esta pesquisa defende que os aportes teóricos produzidos pelo autor, sobre o diagnóstico do desenvolvimento, não se aplica apenas ao trabalho psicológico, como foi em sua gênese, mas também, à prática clínica diagnóstica numa perspectiva histórico-cultural. Tal aplicabilidade clínica de tais pressupostos é o ponto fulcral desta pesquisa e o que justificaria sua proposta. Este trabalho de iniciação científica propõe uma pesquisa teórico-conceitual que contribua para a edificação dos fundamentos filosóficos e psicológicos da atuação clínica do psicólogo orientado pelos pressupostos da psicologia histórico-cultural, notadamente a partir do conceito de diagnóstico clínico e do desenvolvimento. Nesse contexto, propõe uma análise do conceito de diagnóstico, evidenciando suas contribuições à atuação do psicólogo nos contextos clínicos embasados na teoria histórico-cultural. Para tanto, parte-se das seguintes questões de pesquisa: o que vem a ser o diagnóstico clínico em Vigotski? O que motivou esse auto a produzir um aporte teórico sobre o diagnóstico? Quais os saberes necessários que o psicólogo deve se apropriar a fim de produzir um diagnóstico clínico a partir dessa abordagem? Quais são suas principais técnicas? Não obstante as contribuições de Vigotski ao tema do psicodiagnóstico, não foi encontrado, até a presente data, trabalhos que se embasem em tais pressupostos, nem sua aplicabilidade ao contexto clínico. Esta pesquisa defende que os aportes teóricos produzidos pelo autor, sobre o diagnóstico do desenvolvimento, não se aplica apenas ao trabalho psicológico, como foi em sua gênese, mas também, à prática clínica diagnóstica numa perspectiva histórico-cultural. Tal aplicabilidade clínica de tais pressupostos é o ponto fulcral desta pesquisa e o que justificaria sua proposta. Este trabalho de iniciação científica propõe uma pesquisa teórico-conceitual

que contribua para a edificação dos fundamentos filosóficos e psicológicos da atuação clínica do psicólogo orientado pelos pressupostos da psicologia histórico-cultural, notadamente a partir do conceito de diagnóstico clínico e do desenvolvimento. Nesse contexto, propõe uma análise do conceito de diagnóstico, evidenciando suas contribuições à atuação do psicólogo nos contextos clínicos embasados na teoria histórico-cultural. Para tanto, parte-se das seguintes questões de pesquisa: o que vem a ser o diagnóstico clínico em Vigotski? O que motivou esse autor a produzir um aporte teórico sobre o diagnóstico? Quais os saberes necessários que o psicólogo deve se apropriar a fim de produzir um diagnóstico clínico a partir dessa abordagem? Quais são suas principais técnicas? Não obstante as contribuições de Vigotski ao tema do psicodiagnóstico, não foi encontrado, até a presente data, trabalhos que se embasem em tais pressupostos, nem sua aplicabilidade ao contexto clínico. Esta pesquisa defende que os aportes teóricos produzidos pelo autor, sobre o diagnóstico do desenvolvimento, não se aplica apenas ao trabalho psicológico, como foi em sua gênese, mas também, à prática clínica diagnóstica numa perspectiva histórico-cultural. Tal aplicabilidade clínica de tais pressupostos é o ponto fulcral desta pesquisa e o que justificaria sua proposta. O objetivo geral desta pesquisa foi identificar e caracterizar o conceito de psicodiagnóstico clínico em Vigotski e analisar sua contribuição à atuação clínica na psicologia histórico-cultural. A partir de uma pesquisa teórico-conceitual, a análise dos dados embasou-se na seguinte estrutura: a) Revisão bibliográfica: onde foi delineado o problema de pesquisa, permitindo que os pesquisadores se apropriassem dos conhecimentos necessários à compreensão aprofundada do tema; b) Coleta de dados: onde foi realizada uma leitura analítica das obras elencadas para a coleta de dados; c) Análise e interpretação dos dados: onde foi realizada uma discussão dos dados obtidos na coleta de dados e; d) Redação final: caracterizado pela elaboração do relatório final da pesquisa. A partir da análise realizada nas bases de dados BVS-psi, Scielo, Periódicos da CAPES, bem como banco de dados de teses e dissertações, por meio dos descritores "Psicologia Histórico-cultural and psicodiagnóstico"; "Vigotski and psicodiagnóstico" pode-se constatar que não houve, no período de 2008 a 2018, nenhum trabalho publicado sobre o assunto. Ao que parece, a não publicação sobre o tema atinente à atuação clínica a partir da psicologia histórico-cultural e, especificamente, ao processo de psicodiagnóstico, é reforçada pelas críticas de alguns pesquisadores da própria teoria que afirmam que tal prática não seria possível pelo fato de se trabalhar com o indivíduo separadamente da sociedade que o influencia. No entanto, a partir dos estudos sobre a concepção de ser humano em Vigotski, esta pesquisa evidenciou que o indivíduo não é apenas um produto das relações sociais, mas ele mesmo é um agente de modificação social. Dessa forma não há dicotomia entre indivíduo e sociedade e, ali onde se encontra apenas um indivíduo, não se pode perder de vista que está presente um ser social e representante do gênero humano. Conclui-se que a produção de um psicodiagnóstico a partir da psicologia histórico-cultural deve implicar, indispensavelmente, o conhecimento e a aplicação dos seguintes conceitos: Periodização do Desenvolvimento Psíquico, Lei Genética Geral do Desenvolvimento Social e Zona de Desenvolvimento Iminente. O conceito de Periodização do Desenvolvimento Psíquico diz respeito ao conhecimento que o psicólogo deve ter das etapas do desenvolvimento do psiquismo humano, considerando as funções dominantes no sistema funcional de cada etapa e as atividades-guia na primeira infância, infância e adolescência. Foi constatada a necessidade do conhecimento do conceito de Lei Genética Geral do Desenvolvimento Social para a produção do psicodiagnóstico de cunho interventivo, onde o psicólogo possibilita a internalização das formas complexas de agir, sentir e pensar que foram objetivadas pelo gênero humano. O conceito de Zona

de Desenvolvimento Iminente foi considerado essencial para a produção do prognóstico e das prescrições técnicas. A presente pesquisa aplica o conceito de diagnóstico do desenvolvimento em Vigotski à prática clínica a partir dos pressupostos da psicologia histórico-cultural, especificamente, no contexto do psicodiagnóstico. Nesse sentido, propõe uma pesquisa teórico-conceitual que analise teoricamente o conceito de diagnóstico clínico em Vigotski; a periodização do desenvolvimento humano como um dos principais aportes teóricos para a produção do psicodiagnóstico; o conceito de zona de desenvolvimento Iminente como elemento indispensável à produção do psicodiagnóstico interventivo; bem como a identificação das principais técnicas envolvidas no psicodiagnóstico a partir desta abordagem.

Presidente Prudente, 18 de maio de 2019

